



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

**A DEMOGRAFIA DOS GASTOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO
DISTRITO FEDERAL EM 2016**

SUELLEM KETLEY SANTOS GONTIJO LIMA

Brasília, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

SUELLEM KETLEY SANTOS GONTIJO LIMA

**A DEMOGRAFIA DOS GASTOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO
DISTRITO FEDERAL EM 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e conseqüente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Doutor José Lúcio Tozetti
Fernandes

Brasília, DF

2017

SUELLEM KETLEY SANTOS GONTIJO LIMA

**A DEMOGRAFIA DOS GASTOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO
DISTRITO FEDERAL EM 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e conseqüente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo sustento dado em todas as provações, e que proporcionou muitas maravilhas e vitórias, não somente como universitária, mas também ao longo de toda minha história. Definitivamente é o maior mestre que existe.

Da mesma forma, agradeço a minha família por todo o apoio e suporte dado em meus dias mais difíceis, não me deixando desistir e titubear em meio as pedras no caminho. Em especial, ao meu esposo, Felipe, que pacientemente me incentiva e se orgulha de mim pelas conquistas alcançadas e por mais essa etapa sendo superada. Agradeço ao meu pai, Juninho, pelo caráter e exemplo ensinados a mim, que me inspiram a ser uma pessoa melhor. À minha mãe, Dona Carmem Lúcia, que com muito amor e generosidade me auxiliou em tudo o que precisei até hoje, nunca medindo esforços para realizar seu papel.

Agradeço a todos os meus amigos dentro e fora desta Universidade, que sempre me deram forças e incentivo para não desistir. Singularmente, meus sinceros agradecimentos à minha melhor amiga, Priscila Aragão, minha madrinha de casamento, fiel companheira, que desde o primeiro dia da minha trajetória nesta Universidade esteve ao meu lado, estudando juntas, passando por momentos felizes e difíceis, mas nunca deixando a outra desistir.

A esta Universidade, que com sua estrutura, corpo docente, direção e administração me deram a oportunidade de realizar esse curso, e neste clima amigável, diferente e singular, posso dizer que a UnB me trouxe muitas experiências e momentos que marcaram minha vida para sempre.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes, pela paciência, dedicação e engajamento no auxílio ao meu trabalho, um excelente orientador, e que me fez acreditar que eu era capaz.

Agradeço a Deus e a todos, de todo o coração.

*“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e **não tivesse amor, nada seria.***

(1 Coríntios 13:1,2)

RESUMO

Os gastos de um ente público são de interesse de toda a população, e são decorrentes de ações governamentais alicerçadas em reais necessidades sociais. Por sua vez, o poder público atua em seguimentos de extrema importância, como saúde, educação, infra-estrutura, entre outros. A presente pesquisa teve o objetivo de investigar a realidade da distribuição dos gastos liquidados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal no ano de 2016, com base na análise dos indicadores de renda *per capita* e população estimada. Com o uso de estatísticas descritivas, no geral, não houve averiguação de que as Regiões Administrativas com rendas mais altas ou com menor população estejam inclusas nas aglomerações com mais gastos em investimentos sociais. Contudo, valores relativos e absolutos estudados demonstram alguns traços discriminatórios consideráveis em alocação de recursos. Observa-se com a pesquisa, que há certa urgência em rever o emprego de gastos por parte do Governo do Distrito Federal, observando setores carentes, os quais são desprovidos de amparo e, encolher consideravelmente a máquina pública, que tem consumido, em média, mais de 75% dos recursos disponíveis.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Contabilidade Pública. Distribuição Orçamentária. Distrito Federal;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MTO	Manual Técnico de Orçamento
PPA	Plano Plurianual
RA	Região Administrativa
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Demonstração por Quartil – Grupos pela renda <i>per capita</i>.....	22
Figura 2 – Demonstração por Quartil – Grupos pela população estimada.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupos classificados pela renda <i>per capita</i>	24
Tabela 2 - Grupos classificados por população estimada.....	25
Tabela 3 - Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores relativos: grupos divididos pela renda <i>per capita</i> no ano de 2016.	26
Tabela 4 - Gastos por Função em valores relativos: grupos divididos pela renda.....	28
Tabela 5 - Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores relativos: grupos divididos pela população estimada.....	29
Tabela 6 - Gastos por Função em valores relativos: grupos divididos pela população estimada	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regiões Administrativas do Distrito Federal	21
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Contextualização.....	13
1.2	Objetivos da Pesquisa.....	14
1.2.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	14
1.2.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Contabilidade Pública e seu espaço	15
2.2	Gastos Públicos no Brasil	15
2.3	Distribuição Orçamentária	16
2.4	Classificação Orçamentária da despesa.....	17
2.4.1	<i>Classificação Institucional.....</i>	18
2.4.2	<i>Classificação Funcional</i>	18
2.4.3	<i>Natureza da Despesa</i>	18
2.4.4	<i>Classificação Programática.....</i>	19
2.5	Distrito Federal	19
3	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	21
3.1	Seleção e tratamento da população do estudo	22
3.2	Coleta e tratamento de dados.....	23
4	RESULTADOS	24
4.1	Aspectos demográficos das Regiões Administrativas do Distrito Federal	24
4.2	Análise dos gastos liquidados quanto aos grupos divididos pela renda <i>per capita</i> e gastos das RAs.....	25
4.3	Análise dos gastos liquidados quanto aos grupos divididos pela população estimada e gastos das RAs.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	APENDICES	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O campo das finanças públicas, via de regra, procura examinar o comportamento das administrações governamentais e/ou das empresas de natureza pública, de modo a possibilitar uma compreensão de como os recursos alocados socialmente são gastos, inclusive estabelecendo categorias (classificações) de como se arrecada e se despense as chamadas receitas dos governos (SILVA et al. 2012). Assim sendo, uma exploração de informações que o governo dispõe se mostra necessária, uma vez que a possibilidade de fazer uma melhor análise se tornou um privilégio com o avanço da tecnologia e há possibilidade do uso desses recursos como uma ferramenta de controle, acompanhamento e supervisão por parte de todos que se identificam como usuários desses recursos públicos (ROCHA; LIMA; PIACENTI, 2011).

A contabilidade colocada em prática no setor público representa um bom instrumento na vida de um indivíduo em seu papel como cidadão e pode representar um dos principais dispositivos de acompanhamento e controle de ações públicas e possíveis falhas de gestão. É de extrema importância que sejam colocadas em prática a condução ética e legítima das ações governamentais que são empreendidas no dia a dia dos administradores, para que haja transparência e eficácia no uso de bens públicos (GOMES, 1999).

Desde a sua fundação, o Distrito Federal tem vivenciado um crescimento acelerado em sua população e avançado como uma das unidades da federação mais bem desenvolvidas e ricas do país, contendo, por exemplo, o maior PIB do país. Contudo, há uma concentração de desigualdades gritantes, acarretando em abismos sociais, oriundos, principalmente, da escassez em serviços públicos básicos e da inacessibilidade a oportunidades educacionais em regiões mais carentes. Diante disso, existe a necessidade de monitoramento e controle constante para o emprego eficiente e oportuno dos recursos públicos, tal como a análise do real impacto no progresso e desenvolvimento socioeconômico em consequência desse perfil de distribuição (OLIVEIRA; CABRAL; FRANÇA, 2004).

No que lhe diz respeito, o governo tem seus papéis e responsabilidades, em pontos fundamentais, como: saúde, educação, segurança, dentre muitos outros. A administração pode ser entendida como um processo de gerenciamento, portanto, a administração pública estaria ligada ao gerenciamento das ações que comportam todas as atividades inerentes à execução

estatal, ou seja, todas as atividades as quais o Estado é responsável direta ou indiretamente (ÀVILA, 2012, p. 11). Dessa forma, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: qual o perfil demográfico da distribuição dos gastos públicos das Administrações Regionais do Distrito Federal?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral o de analisar o perfil demográfico nos gastos nas 31 (trinta e uma) Administrações Regionais do Distrito Federal no decorrer do ano de 2016.

1.2.2 Objetivos Específicos

Fundamentando-se neste objetivo principal, destacam-se os objetivos específicos, que são elementos estruturais da proposta do estudo:

- a) Verificar a realidade dos gastos liquidados com a renda *per capita* e/ou população estimada;
- b) Descrever algumas classificações de gastos e desvelar o perfil dessa distribuição orçamentária nessas regiões e comparar elas entre si;
- c) Interpretar e descobrir o fundamento na aplicabilidade desses recursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública e seu espaço

Segundo Lima e Castro (2007), a contabilidade pública se traduz no estudo qualificado da Ciência Contábil que aplica no processo que gera informações, os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão do patrimônio de uma entidade governamental, objetivando proporcionar à sociedade, amplas e acessíveis informações sobre a gestão da máquina pública. O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, ou seja, todo o conjunto de bens, direitos e obrigações, e seu alcance chega, acima de tudo, até as pessoas jurídicas de Direito Público, sendo elas, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Entre os diversos propósitos da Contabilidade no setor público, em síntese, pode-se dizer que eles consistem em torno da coleta, da inspeção e do registro dos atos e fatos que podem afetar esse patrimônio público, especialmente aqueles que se originam do cotidiano do orçamento.

Pode-se dizer que a contabilidade é uma das áreas mais importantes em questões orçamentárias e fiscais, considerando o que foi publicado pela Secretaria de Orçamento Federal, o Manual Técnico de Orçamento:

A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e organização, as quais são implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado com o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e os cidadãos em geral (BRASIL, 2016).

2.2 Gastos Públicos no Brasil

Nos dias de hoje, é comum no Brasil deparar-se com teses de que o setor privado é mais eficiente do que o setor público e, além disso, com toda a bagagem histórica de casos de corrupção que o Brasil carrega, a sociedade tem se decepcionado cada vez mais com a gestão dos bens públicos. Em 1984, após o Brasil ter saído de muitos anos sob comando autoritário, vivenciou-se um período de manifestações e o aumento da luta pelos direitos de cidadãos por parte da população. Mesmo assim, escândalos e casos fraudulentos envolvendo políticos, aliados e outros elementos se beneficiando através desse uso indevido de patrimônio público têm acontecido e estão sendo descobertos, aumentando ainda mais a desconfiança por parte da população brasileira quanto aos seus representantes em bancadas políticas (GOMES, 1999).

Pode-se dizer que o debate gira em torno do conteúdo dos gastos públicos em um nível bem mais intenso e aprofundado do que há alguns anos, e isso tem trazido o povo à discussão, participação e envolvimento nas questões políticas, podendo acompanhar mais de perto os gastos públicos no Brasil (GOMES, 1999).

Para Gomes (1999), por certo período, pode-se afirmar que a questão mais relevante é a fiscal, e conseqüentemente, o processo de planejamento e aplicação orçamentária desses recursos que a sociedade delibera através da contribuição de seus tributos. Em correspondência, o governo projeta propostas e planos, executando políticas públicas de acordo com as suas atribuições. Considerando todas as instituições, entes federados, leis e suas estruturas, tornam-se evidentes os intentos do Governo de obter recursos para que, então, possa aplicá-los em obras, investimentos, prestação de serviços, entre outras políticas públicas, objetivando suas obrigações e metas (WEILLER, 2014).

Basicamente, as três funções do Estado na economia são a alocativa, a distributiva e a de estabilização. A função alocativa envolve o processo no qual o uso de todos os recursos disponíveis é dividido entre bens público e privado, ou seja, promove ajustamentos na alocação dos recursos. A função distributiva diz respeito a criar harmonia na distribuição de renda, em momentos que o resultado distributivo não foi de acordo com o que é considerável justo. E a função estabilizadora é aquela que está ligada à manutenção da estabilidade econômica do país através de políticas orçamentárias (HADDAD; MOTA, 2010).

2.3 Distribuição Orçamentária

Há uma importância e destaque quanto a distribuição orçamentária em uma sociedade, e no Brasil, não é diferente. Um dos propósitos das transferências intergovernamentais seria evitar uma falha na oferta de serviços públicos necessários, do ponto de vista social, que acaba por garantir um nível mínimo de atendimento das exigências por bens públicos em todas as esferas da federação, especialmente aos setores municipais (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2003).

Durante toda a discussão da “divisão das fatias do bolo”, Municípios, Estados e União e seus representantes pleiteiam por uma parte considerável dos recursos disponíveis para atos governamentais. De acordo com Haddad e Mota (2010) o conceito de orçamento é: “cálculo da receita que se deve arrecadar num exercício financeiro e das despesas que devem ser feitas pela administração pública, organizado obrigatoriamente pelo executivo e submetido à

aprovação das respectivas câmaras legislativas.”. Em sumo, para que a administração pública exerça as suas atividades, elas deverão estar embasadas em instrumentos que legitimem seus atos, e um desses instrumentos é o orçamento.

No Brasil, o orçamento público é colocado em classificações pela Constituição Federal de 1988, mais especificamente no artigo 165, em leis de iniciativa do poder executivo. Sendo essas leis de plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e de orçamentos anuais. Partindo disso, como a Constituição Federal é base para as constituições estaduais, as Leis Orgânicas em geral mantém esse formato de leis orçamentárias, incluindo a Lei Orgânica do Distrito Federal.

De acordo com Giacomoni (2004, p. 84), o PPA, o plano plurianual, estabelecerá as “diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital”. Considerado um plano de médio prazo, é dividido em planos de ações e o governo deve investir seus recursos de acordo com essas diretrizes contidas neste plano (BRASIL, 1998).

A Lei das Diretrizes Orçamentárias, apesar do nome, tem como prioridade orientar a estruturação dos orçamentos fiscais e tudo que se relaciona com investimento por parte do poder público. De acordo com o art. 165, § 2º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDO: compreenderá as metas e prioridades da administração pública, abrangendo as despesas de capital para o exercício financeiro seguinte; dará as orientações para a elaboração da LOA; estabelecerá sobre as alterações na legislação tributária; decidirá a política de aplicação das agências financeiras governamentais de fomento, entre outras atribuições.

Já a Lei Orçamentária Anual, é uma lei de competência do poder executivo que dispõe das despesas e receitas que serão executadas no ano seguinte. É votado e aprovado até o fim de cada ano. Na LOA consta o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e estatais chamadas de dependentes (deficitárias). Também inclui o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e o orçamento da seguridade social, atingindo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1998).

2.4 Classificação Orçamentária da despesa

No padrão orçamentário adotados pelas regras brasileiras são encontradas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação

institucional, classificação funcional, de natureza da despesa e classificação programática (BRASIL, 2005).

Despesa orçamentária pública é aquela que é executada por alguma entidade pública, na qual depende de autorização legislativa para sua realização, através da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais. Basicamente, é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos que são prestados à sociedade (Ministério da Fazenda, 2011).

2.4.1 Classificação Institucional

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MTO, 2016), a classificação institucional corresponde à estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

2.4.2 Classificação Funcional

Conforme a definição do MCASP (STN, 2012), a classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, objetivando responder à questão de qual área de ação governamental a despesa deverá ser realizada. A função pode ser colocada como o maior nível da junção das diversas áreas de atuação do setor público. É a relação com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação e saúde.

Já a subfunção exprime um nível de agregação instantaneamente inferior à função e deve esclarecer cada área da atuação governamental, por meio da agregação de certo subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

2.4.3 Natureza da Despesa

A classificação da despesa orçamentária, conforme a sua natureza é formada por: a) Categoria Econômica; b) Grupo de Natureza da Despesa; e c) Elemento de Despesa.

O grupo de natureza da despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir: a) Pessoal e Encargos Sociais; b) Juros e Encargos da Dívida; c) Outras Despesas Correntes; d) Investimentos; e) Inversões Financeiras; e f) Amortização da Dívida (MTO, 2016).

2.4.4 *Classificação Programática*

Todas as ações por parte do governo estão estruturadas em programas que seguem a orientação para o alcance de objetivos estratégicos inclusos na PPA. A estrutura programática é dividida em Programa e Ação e o MCASP (2012, p.22) os conceitua:

Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. As ações, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

2.5 Distrito Federal

Nos últimos anos, o Distrito Federal vem passando por grandes mudanças, especialmente em sua divisão político administrativa. Em 1997, por exemplo, existiam somente 19 Regiões Administrativas, e em 2016 já eram 31. Com a lei 4.545, de 10 de Dezembro de 1964, oficialmente se determinou a divisão dessas regiões que, previamente, eram chamadas de “cidades-satélites”, com exceção do Plano Piloto (BRASIL, 1964). Essas Regiões Administrativas representam as subdivisões territoriais do Distrito Federal, onde o poder público determina seus limites e definem as normas e leis a serem executadas. Embora, para fins de entendimento, se possa fazer uma analogia de uma região administrativa a um município em seu estado, são distintas as formas de administração e governança. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, cada região administrativa é comandada por um administrador regional, que é indicado pelo governador do Distrito Federal. Os administradores regionais têm a maioria das incumbências destinadas aos prefeitos nos estados, mas algumas delas, que seriam matérias exclusivas de municípios, são conduzidas diretamente pelo governador (BRASIL, 1993).

Quanto aos seus aspectos demográficos, quando se começou a construção da Capital federal, no ano de 1957, havia somente 12.238 habitantes, segundo o IBGE, que levantou essas informações através de Censo realizado naquele ano. Após cerca de quarenta anos, a população já havia chegado a mais de 1,9 milhão, e em 2007, estava perto dos 2,5 milhões.

A lei 4.545/64, em seu art 9º, afirma que o Distrito Federal se dividirá em Regiões Administrativas com finalidade de descentralização e coordenação dos serviços de caráter

local. Ainda, assegura que todas as RAs acomodam uma Administração Regional e essa fica incumbida de representar o DF e promover a coordenação dos serviços em sintonia com o interesse público local (Brasil, 1964)

Acima de tudo, a capital federal quando comparado a outras unidades federativas (UFs), demonstra uma conjuntura bastante favorecida pela maior disponibilidade de aparatos e serviços públicos proporcionados à sua população e àqueles oriundos de outras regiões, que demandam sua infra-estrutura, no entanto, apresenta divergências internas bastantes acentuadas entre as RAs. De uma forma geral, o DF se destaca das demais UFs, por apresentar uma das rendas per capita mais elevadas do país. Estas razões, entre outras, justificam a realização deste estudo, que aponta as desigualdades no âmbito do território do Distrito Federal, estabelecendo uma nítida segmentação entre as Regiões Administrativas, em termos das suas condições socioeconômicas (OLIVEIRA; CABRAL; FRANÇA, 2004).

3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de cunho descritivo, onde foi feita a seleção dos dados disponíveis de todas as Regiões Administrativas pelo Governo do Distrito Federal, sobretudo no Portal da Transparência, sobre a execução de seus gastos no decorrer do ano de 2016, primordialmente, com o propósito de investigar a distribuição de recursos entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva consiste no registro e descrição dos fatos coletados e observados sem maiores interferências, objetivando descrever certas características de certa amostra ou população. Para tanto, a elaboração dessa pesquisa consistiu, no primeiro estágio, na coleta dos dados do Distrito Federal quanto a sua divisão em Regiões Administrativas, de acordo com a sua respectiva lei de criação, onde são separadas em 31, como mostra o quadro 1:

Quadro 1 – Regiões Administrativas do Distrito Federal

Região Administrativa	Sigla
Administração Regional do Plano Piloto	RA I
Administração Regional do Gama	RA II
Administração Regional de Taguatinga	RA III
Administração Regional de Brazlândia	RA IV
Administração Regional de Ceilândia	RA IX
Administração Regional de Sobradinho	RA V
Administração Regional de Planaltina	RA VI
Administração Regional do Paranoá	RA VII
Administração Regional do Núcleo Bandeirante	RA VIII
Administração Regional do Guará	RA X
Administração Regional do Cruzeiro	RA XI
Administração Regional de Samambaia	RA XII
Administração Regional de Santa Maria	RA XIII
Administração Regional de São Sebastião	RA XIV
Administração Regional da Candangolândia	RA XIX
Administração Regional do Recanto das Emas	RA XV
Administração Regional do Lago Sul	RA XVI
Administração Regional do Riacho Fundo	RA XVII
Administração Regional do Lago Norte	RA XVIII
Administração Regional de Águas Claras	RA XX
Administração Regional do Riacho Fundo II	RA XXI
Administração Regional do Sudoeste/Octogonal	RA XXII
Administração Regional do Varjão	RA XXIII

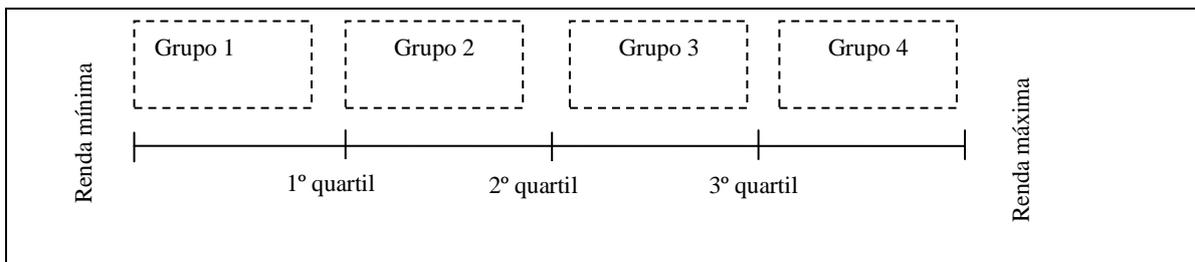
Administração Regional do Park Way	RA XXIV
Administração Regional Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).	RA XXIX
Administração Regional Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA)	RA XXV
Administração Regional de Sobradinho II	RA XXVI
Administração Regional do Jardim Botânico	RA XXVII
Administração Regional do Itapoã	RA XXVIII
Administração Regional de Vicente Pires	RA XXX
Administração Regional da Fercal	RA XXXI

Fonte: Elaboração própria.

3.1 Seleção e tratamento da população do estudo

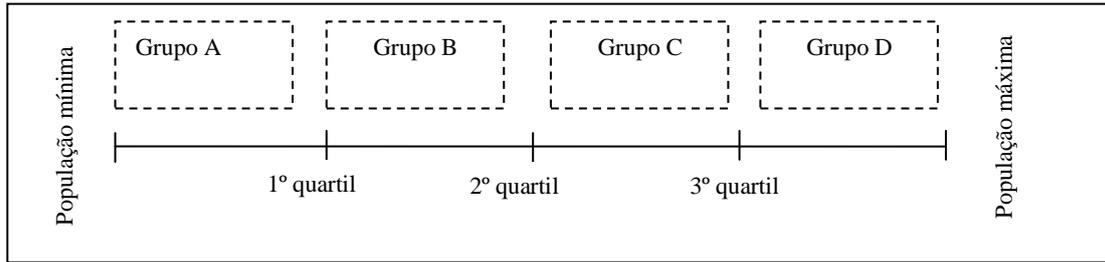
Neste presente trabalho foram usados os dados do Grupo de Natureza da Despesa das RAs e a classificação funcional Função para a análise objetivando o que foi previamente apresentado, coletados no Portal da Transparência do Distrito Federal. Assim, foram definidos quatro grupos de análise, sendo conforme o quadro 1: Grupo 1, RAs de renda baixa, entre o valor mínimo e o primeiro quartil da amostra; Grupo 2, RAs com renda média baixa entre o primeiro e o segundo quartil; Grupo 3, RAs de renda média alta entre o segundo e terceiro quartil; e Grupo 4, RAs com renda alta entre o terceiro quartil e o máximo.

Figura 1 - Demonstração por Quartil – Grupos pela renda *per capita*



Ao mesmo modo, foram coletados os dados de população estimada de todos os RA, disponibilizadas pelas pesquisas da CODEPLAN, em 2016. Assim, separando os grupos segundo a sua população estimada, se utilizando das mesmas estatísticas descritivas: média, desvio padrão, mínimo, Máximo, primeiro quartil, segundo quartil (mediana) e terceiro quartil. Com isso, definiram-se os seguintes grupos, conforme o quadro 2: Grupo A, RAs com população entre a população mínima e o 1º quartil, grupo B, com população entre o primeiro e segundo quartil, grupo C, constando entre o segundo e o terceiro quartil e o grupo D, as RAs com população entre o terceiro quartil até a população máxima.

Figura 2 – Demonstração por Quartil – Grupos pela população estimada



3.2 Coleta e tratamento de dados

Foram coletados os dados de renda *per capita* e população estimada de cada Região Administrativa, referentes ao ano de 2016, adquiridas através das pesquisas socioeconômicas realizadas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Com esses dados, foi possível fazer a separação de grupos de acordo com a renda *per capita*, se utilizando das seguintes estatísticas descritivas: média, desvio padrão, mínimo, máximo, primeiro quartil, segundo quartil (mediana) e terceiro quartil. De acordo com Moraes (2005, p.8):

A estatística descritiva pode ser considerada como um conjunto de técnicas analíticas utilizado para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos. Pretende proporcionar relatórios que apresentem informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados.

4 RESULTADOS

4.1 Aspectos demográficos das Regiões Administrativas do Distrito Federal

A partir da coleta e tratamento dos dados e com o uso das estatísticas descritivas, obteve-se a tabela 1, que separou os grupos pela sua *renda per capita*. Observa-se que os resultados encontrados nesta parte do estudo demonstram a grande desigualdade existente entre a distribuição de renda na Capital Federal. Primeiramente, nota-se que a maior *renda per capita* do DF é 14,81 vezes maior que a menor.

Tabela 1 – Grupos classificados pela renda per capita.

Grupo	Região Administrativa	Renda per capita (R\$)
Grupo 1 – Renda Baixa	SCIA/Estrutural	548
	Fercal	670
	Varjão	675
	Itapoã	745
	Recanto das Emas	915
	Paranoá	963
	Santa Maria	985
	Ceilândia	987
Grupo 2 – Renda Média Baixa	Riacho Fundo II	1.009
	São Sebastião	1.025
	Planaltina	1.062
	Brazlândia	1.118
	Samambaia	1.141
	Gama	1.539
	Candangolândia	1.550
	Setor Ind. e Abastecimento	1.763
Grupo 3 – Renda Média Alta	Riacho Fundo	1.775
	Sobradinho II	1.880
	Sobradinho	1.942
	Núcleo Bandeirante	1.971
	Taguatinga	2.026
	Vicente Pires	2.758
	Cruzeiro	2.763
Grupo 4 – Renda Alta	Guará	2.910
	Águas Claras	3.391
	Jardim Botânico	4.038
	Lago Norte	4.778
	Park Way	5.418
	Plano Piloto	5.569
	Sudoeste/Octogonal	6.590
	Lago Sul	8.118

Fonte: Elaboração própria.

Assim também, obteve-se a tabela 2, que separou os grupos pela sua população estimada.

Tabela 2 - Grupos classificados por população estimada.

Grupo	Região Administrativa	População Estimada
Grupo A	Setor Ind. e Abastecimento	1.988
	Fercal	8.746
	Varjão	9.215
	Candangolândia	16.848
	Park Way	19.824
	Núcleo Bandeirante	25.072
	Jardim Botânico	27.364
	Lago Sul	29.346
Grupo B	Cruzeiro	33.539
	Lago Norte	37.455
	Scia/ Estrutural	39.015
	Riacho Fundo	40.098
	Paranoá	48.020
	Riacho Fundo II	51.709
	Brazlândia	52.287
	Sudoeste/Octogonal	53.262
Grupo C	Sobradinho	68.551
	Itapoã	68.587
	Vicente Pires	72.789
	São Sebastião	100.161
	Sobradinho II	100.755
	Santa Maria	125.123
	Guará	132.685
Grupo D	Gama	141.911
	Recanto Das Emas	145.304
	Águas Claras	148.940
	Planaltina	182.412
	Plano Piloto	220.393
	Taguatinga	222.598
	Samambaia	254.439
	Ceilândia	489.351

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Análise dos gastos liquidados quanto aos grupos divididos pela renda *per capita* e gastos das RAs

Conforme a tabela 3 informa, a quantidade de investimentos nos grupos pela renda se mantém praticamente a mesma, com exceção do grupo 3, que apresenta um baixo investimento médio em relação aos outros grupos, que se mantém em valores relativos próximos. Além desse fato, também se pode destacar que o mesmo grupo 3 gasta 84% de seu total com pessoal, enquanto os outros mantêm em 74%. Ademais, percebe-se que o desvio padrão aumenta conforme a renda também aumenta, deixando transparecer uma grande distorção em torno da média do grupo de maior renda, como se vê no grupo 1, onde o desvio padrão é de 172, no grupo 2 é de 294, no grupo 3 é de 418 e no grupo 4 é 1.715. Com essa pesquisa, depreende-se que as Regiões Administrativas as quais apresentaram maiores valores

relativos em investimento, não necessariamente são as que detêm a maior renda *per capita* do Distrito Federal. Pelo contrário, em valores relativos, o grupo que mais obteve investimento, em média, foi o segundo, considerado o grupo de renda média baixa.

Tabela 3 - Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores relativos: grupos divididos pela renda *per capita* no ano de 2016.

Grupo	Estatística Variável	Renda <i>per capita</i> *	Investimentos	ODC**	Pessoal
1	Média	811	0,05	0,21	0,74
	Desvio Padrão	172	0,07	0,10	0,12
	Mínimo	548	-	0,13	0,55
	Máximo	987	0,16	0,43	0,86
2	Média	1.276	0,07	0,20	0,74
	Desvio Padrão	294	0,09	0,06	0,10
	Mínimo	1.009	-	0,11	0,56
	Máximo	1.763	0,25	0,28	0,87
3	Média	2.159	0,003	0,16	0,84
	Desvio Padrão	418	0,003	0,04	0,04
	Mínimo	1.775	-	0,09	0,78
	Máximo	2.763	0,009	0,22	0,91
4	Média	5.102	0,04	0,21	0,75
	Desvio Padrão	1.715	0,08	0,16	0,17
	Mínimo	2.910	-	0,09	0,41
	Máximo	8.118	0,23	0,58	0,91

Fonte: Elaboração própria.

*Valores em Reais (R\$)

**Outras Despesas Correntes

Cabe salientar que usando a divisão dos grupos através do 1º, 2º e 3º quartil, pode-se extrair uma importante informação: 25% da população estimada do DF têm até R\$987,00 de renda *per capita*.

Nota-se na tabela 4 que os gastos médios, em valores relativos com administração aumentam, conforme se analisa grupos de rendas mais altas. No entanto, verifica-se que o grupo que obteve menos gastos com cultura foi o grupo de maior renda. Interessante salientar também que o único agrupamento que demonstra gastos com cultura em todas as RAs foi o grupo 1, o de menor renda, em sumo, todos os outros grupos têm RAs que nem sequer detém gasto com cultura.

Referindo-se aos gastos com Desporto e Lazer, os grupos 1 e 3 tem valores relativos médios próximos e o grupo de renda mais alta, o grupo 4, não aponta gastos. Porém, o grupo 2 destaca-se como maior detentor de valores relativos médios liquidados nessa Função. Somente o grupo 1, de menor renda, obteve gastos liquidados com Direitos da Cidadania.

Os gastos com educação surpreendem, apontando que somente o grupo 4 liquidou gastos referentes a essa função, tendo uma média de 0,3% nas RAs. Os encargos especiais consumiram em média, um valor relativo maior no grupo 3, com 7,4% do total, seguido do

grupo 1, com 6,3% diante do total. A média de gastos com energia para todos os grupos foi de 0. Com função legislativa, somente o grupo 3 apresentou gastos, com uma média de 0,03%. Já com urbanismo, as médias dos grupos 1, 2 e 4 foram parecidas, mas o grupo 3 ficou bem distinto, gastando somente 0,5% de seu total gasto.

Tabela 4 - Gastos por Função em valores relativos: grupos divididos pela renda

Grupo	Estatística Variável	Renda per capita*	Administração	Cultura	Desporto e Lazer	Direitos da Cidadania	Educação	Encargos Especiais	Energia	Legislativa	Urbanismo
1	Média	811	0,864	0,022	0,003	0,003	0,000	0,063	0,000	0,000	0,044
	Desvio Padrão	172	0,093	0,022	0,003	0,008	0,000	0,061	0,000	0,000	0,061
	Mínimo	548	0,700	0,002	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000
	Máximo	987	0,946	0,061	0,009	0,023	0,000	0,179	0,000	0,000	0,158
2	Média	1.276	0,869	0,038	0,014	0,000	0,000	0,027	0,000	0,000	0,052
	Desvio Padrão	294	0,106	0,047	0,018	0,000	0,000	0,032	0,000	0,000	0,082
	Mínimo	1.009	0,639	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Máximo	1.763	0,990	0,135	0,039	0,000	0,000	0,086	0,001	0,000	0,240
3	Média	2.159	0,904	0,011	0,004	0,000	0,000	0,074	0,000	0,003	0,005
	Desvio Padrão	418	0,086	0,019	0,006	0,000	0,000	0,083	0,000	0,007	0,008
	Mínimo	1.775	0,766	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Máximo	2.763	0,992	0,052	0,014	0,000	0,000	0,226	0,000	0,019	0,023
4	Média	5.102	0,925	0,002	0,000	0,000	0,003	0,042	0,000	0,000	0,027
	Desvio Padrão	1.715	0,084	0,003	0,000	0,000	0,009	0,033	0,000	0,000	0,070
	Mínimo	2.910	0,734	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Máximo	8.118	1,000	0,009	0,000	0,000	0,026	0,095	0,000	0,000	0,201

Fonte: Elaboração própria.

*Valores em Reais (R\$)

4.3 Análise dos gastos liquidados quanto aos grupos divididos pela população estimada e gastos das RAs

A tabela 5, que divide as RAs em grupos pela população estimada, mostra que o grupo com mais investimentos foi o grupo D, com maior população, seguido do grupo B, e então o A e o C. Em Outras despesas correntes os gastos tiveram o mesmo perfil nos grupos, seguindo em ordem de maior gasto liquidado relativo para o menor, grupo D, grupo A, grupo B e grupo C. Gastos com pessoal, o grupo C liquidou mais, com 82%, em média. Destaca-se nessa classificação, que os grupos A e C apontam RAs que gastam até 91% de seu total somente com pessoal, e ao mesmo tempo, o grupo D indicou que o mínimo gasto foi de 41% em uma RA de seu grupo. Não houve gastos com os outros grupos de natureza da despesa.

Tabela 5 - Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores relativos: grupos divididos pela população estimada

Grupo	Estatística Variável	População Estimada	Investimentos	ODC	Pessoal
A	Média	17.300	0,02	0,20	0,78
	Desvio Padrão	9.902	0,04	0,11	0,12
	Mínimo	1.988	-	0,09	0,55
	Máximo	29.346	0,12	0,43	0,91
B	Média	44.423	0,06	0,18	0,75
	Desvio Padrão	7.755	0,09	0,03	0,09
	Mínimo	33.539	-	0,15	0,56
	Máximo	53.262	0,25	0,23	0,83
C	Média	95.522	0,003	0,17	0,82
	Desvio Padrão	26.696	0,004	0,06	0,06
	Mínimo	68.551	-	0,09	0,73
	Máximo	132.685	0,012	0,27	0,91
D	Média	225.669	0,07	0,22	0,71
	Desvio Padrão	114.409	0,08	0,15	0,16
	Mínimo	141.911	-	0,11	0,41
	Máximo	489.351	0,23	0,58	0,87

Fonte: Elaboração própria.

*Valores em Reais (R\$)

Tabela 6 - Gastos por Função em valores relativos: grupos divididos pela população estimada

Grupo	Estatística Variável	PE*	Adm**	Cultura	Desporto e Lazer	Direitos da Cidadania	Educação	Encargos Especiais	Energia	Legislativa	Urbanismo
A	Média	17.300	0,927	0,006	0,006	0,000	0,000	0,058	0,000	0,000	0,004
	Desvio Padrão	9.902	0,053	0,007	0,014	0,000	0,000	0,050	0,000	0,000	0,006
	Mínimo	1.988	0,854	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Máximo	29.346	1,000	0,019	0,039	0,000	0,000	0,137	0,000	0,000	0,016
B	Média	44.423	0,872	0,019	0,009	0,000	0,000	0,044	0,000	0,000	0,055
	Desvio Padrão	7.755	0,135	0,031	0,015	0,000	0,000	0,041	0,000	0,000	0,088
	Mínimo	33.539	0,639	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Máximo	53.262	0,992	0,081	0,038	0,000	0,000	0,121	0,001	0,000	0,240
C	Média	95.522	0,870	0,031	0,005	0,000	0,000	0,088	0,000	0,003	0,004
	Desvio Padrão	26.696	0,071	0,049	0,006	0,000	0,000	0,084	0,000	0,007	0,005
	Mínimo	68.551	0,766	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000
	Máximo	132.685	0,960	0,135	0,014	0,000	0,000	0,226	0,000	0,019	0,013
D	Média	225.669	0,890	0,020	0,001	0,003	0,003	0,018	0,000	0,000	0,066
	Desvio Padrão	114.409	0,091	0,020	0,001	0,008	0,009	0,013	0,000	0,000	0,074
	Mínimo	141.911	0,734	0,001	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000
	Máximo	489.351	0,971	0,061	0,004	0,023	0,026	0,039	0,000	0,000	0,201

Fonte: Elaboração própria.

*PE - População estimada

**Adm - Administração

Com a tabela 6, que divide as RAs em grupos pela população estimada e os gastos por função, observa-se que o grupo com menor população (grupo A) teve o maior gasto médio com administração e gastou consideravelmente mais com essa função em comparação com os outros grupos. Além disso, destaca-se nesse grupo que uma das RAs, o Plano Piloto, gastou cem por cento de seus recursos com essa função. Os grupos de maiores população estimada gastaram 1% a 3% do seu valor total com cultura, mas o grupo de menor população gastou um pouco mais 5%. O único grupo de RAs que apresentou gastos com direitos da cidadania e educação foi o grupo de maior população (grupo D) com medias de gastos relativos de 2,5% e 3,8%, respectivamente. Porém, com encargos sociais foi o grupo que menos teve despesa, em média. Com energia, somente o grupo B expressou gastos, ainda que muito poucos. Do mesmo modo, a função legislativa, que apresentou gastos somente em um grupo de RAs, o grupo C, com uma média de 20% de seu total. Na função urbanismo, os grupos A e C, e B e D, apresentaram perfis parecidos, mas não necessariamente demonstrando nenhum alinhamento com a sua população em relação a quantidade estimada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta presente pesquisa foi a de investigar a distribuição dos gastos nas regiões administrativas do Distrito Federal e poder identificar o perfil dessa repartição orçamentária. Dado esse contexto, não se pode afirmar que foi encontrado ou não alguma evidência de que exista alguma política pública ou meta para combate a desigualdade social.

Os indicadores analisados possibilitam detectar as diferenças e semelhanças entre as Regiões Administrativas, a partir dos indicadores de renda *per capita* e população estimada. A variável renda, portanto, aqui é apresentada como parâmetro de qualidade de vida e caracterização demográfica subsidiando um debate mais amplo sobre a condição de vida dos moradores do Distrito Federal, da mesma forma, fornecendo informações mais fundamentadas para a criação de políticas públicas. A interação do outro indicador, a população estimada, tornou possível, de forma muito harmoniosa com a realidade socioeconômica, pontuar espacialmente os focos de maiores fragilidades relativas a cada agrupamento de regiões do DF.

Em geral, observa-se que os gastos são direcionados quase que totalmente para manutenção de administrações regionais e pagamentos de salários de servidores, considerando o quanto a máquina pública está inflada. Além disso, muitos gastos com educação, saúde, cultura, e investimentos são feitos diretamente pelo Governo do Distrito Federal e as Regiões Administrativas ajudam a descentralizar, ligeiramente, essa gestão do GDF.

Contudo, esse estudo limitou-se a traçar o perfil dos gastos nas RAs, levando em conta a sua demografia, considerando a tamanha vastidão da área de estudo e complexos âmbitos que podem ser explorados. Importante frisar que esta pesquisa somente diz respeito a Regiões Administrativas do Distrito Federal, e com dados do ano de 2016, não se estendendo para outras situações.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisas Socioeconômicas. PDAD 2015/16. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Acesso em: 03 abri. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 31 mai. 2017.
- BRASIL. Lei Orgânica do Distrito Federal. 1993. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70442/LO_DistritoFederal.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 18 mai. 2017
- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 2012. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/113505/Parte_VI_PR2012.pdf>. Acesso em: 06/06/2017.
- BRASIL. Manual Técnico de Orçamento. 2016. <http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2015_1a_edicao-150514.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.
- BRASIL. Portal da Transparência do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.transparencia.df.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.seplag.df.gov.br>>. Acesso em: 04 mai. 2017.
- GIACOMONI, J. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. Rio de Janeiro. P 79-91. Jan./Fev. 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14548/3/ARTIGO_BasesNormativasPlano.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- GOMES, J. M. A definição do gasto público: aspectos institucionais e a disputa política. São Paulo. 2007.
- HADDAD, R. C., MOTA, F. G. L. Contabilidade Pública. 2010.
- LIMA, D. V. de; CASTRO, R. G. de. Contabilidade pública – Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MORAIS, C. M. Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística. Bragança. 2005.
- OLIVEIRA, M. A. de, CABRAL, E. S., FRANÇA, M. O. M. Indicadores de desigualdade social no Distrito Federal. 2010

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo, Feevale. 2013.

REZENDE, A. J., SLOMSKI, V., CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. Revista Universo Contábil. ISSN 1809-3337. Blumenau. V. 1. N. 1. P 24 – 40. Jan./abr. 2005.

ROCHA, F. de M., LIMA, J. F. de, PIACENTI, C. A. Despesas municipais e os gastos sociais na região Sul do Brasil. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management). V. 3. N. 1. P. 89-102. Jan./jun. 2011. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE/pdf?dd1=4771>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SILVA, W. G., et al. Despesas municipais no sul do Brasil: uma abordagem via painel de dados. Revista Economia & Tecnologia. Volume 8. Número 3. p. 69-84. Jul/Set 2012. Disponível em: <revistas.ufpr.br/ret/article/download/29873/19348>. Acesso em: 23 mar. 2017.

WEILLER, J. A. B. Desempenho dos gastos municipais com saúde no município de São Bernardo do Campo: um estudo sobre o instrumento “Orçamento por Desempenho”. São Paulo. 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-05112014-131724/>. Acesso em: 23 mar. 2017

APENDICES

Tabela A1 – Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores absolutos: grupos divididos pela renda

Grupo	Estatística Variável	Renda per capita*	Investimentos	ODC**	Pessoal
1	Média	811	R\$296.243,44	R\$969.627,81	R\$3.911.901,19
	Desvio Padrão	172	R\$404.566,81	R\$794.969,92	R\$2.862.915,41
	Mínimo	548	R\$0,00	R\$190.108,75	R\$243.703,86
	Máximo	987	R\$1.020.118,11	R\$2.654.941,25	R\$9.608.484,70
2	Média	1.276	R\$519.252,80	R\$1.225.180,74	R\$5.197.374,30
	Desvio Padrão	294	R\$868.685,49	R\$522.998,73	R\$3.076.796,54
	Mínimo	1.009	R\$3.925,00	R\$542.536,03	R\$1.735.317,57
	Máximo	1.763	R\$2.597.619,94	R\$1.886.528,23	R\$10.784.297,47
3	Média	2.159	R\$28.096,27	R\$1.107.955,67	R\$5.688.795,57
	Desvio Padrão	418	R\$50.198,64	R\$698.244,79	R\$3.375.635,87
	Mínimo	1.775	R\$0,00	R\$473.010,64	R\$2.411.191,07
	Máximo	2.763	R\$140.997,68	R\$2.289.466,72	R\$12.714.431,96
4	Média	5.102	R\$423.795,86	R\$1.786.613,62	R\$4.097.645,67
	Desvio Padrão	1.715	R\$1.054.868,95	R\$2.659.171,29	R\$2.113.607,38
	Mínimo	2.910	R\$0,00	R\$199.226,67	R\$1.538.456,59
	Máximo	8.118	R\$2.813.477,80	R\$7.681.967,38	R\$7.669.370,31

*Valores em Reais

**Outras Despesas Correntes

Tabela A2 – Gastos por Grupo de Natureza da Despesa em valores absolutos: grupos divididos pela população estimada

Grupo	Estatística Variável	População Estimada	Investimentos	ODC*	Pessoal
A	Média	17.300	R\$42.679,84	R\$475.897,02	R\$2.325.525,36
	Desvio Padrão	9.902	R\$103.040,37	R\$258.717,84	R\$1.568.428,49
	Mínimo	1.988	R\$0,00	R\$190.108,75	R\$243.703,86
	Máximo	29.346	R\$297.227,57	R\$948.975,17	R\$5.133.901,55
B	Média	44.423	R\$454.477,90	R\$983.360,69	R\$3.917.385,50
	Desvio Padrão	7.755	R\$901.137,14	R\$378.218,09	R\$927.183,54
	Mínimo	33.539	R\$0,00	R\$727.431,41	R\$3.086.770,81
	Máximo	53.262	R\$2.597.619,94	R\$1.886.528,23	R\$5.732.089,60
C	Média	95.522	R\$24.059,55	R\$1.075.938,37	R\$4.924.799,42
	Desvio Padrão	26.696	R\$31.228,53	R\$632.401,31	R\$1.893.038,51
	Mínimo	68.551	R\$0,00	R\$410.454,98	R\$2.411.191,07
	Máximo	132.685	R\$83.847,93	R\$1.874.136,35	R\$7.043.526,97
D	Média	225.669	R\$698.950,96	R\$2.528.292,59	R\$8.000.742,09
	Desvio Padrão	114.409	R\$918.084,93	R\$2.141.291,29	R\$2.887.934,74
	Mínimo	141.911	R\$6.317,00	R\$1.113.680,73	R\$3.947.303,30
	Máximo	489.351	R\$2.813.477,80	R\$7.681.967,38	R\$12.714.431,96

*Outras Despesas Correntes